

**UNE NA LUTA: Pela Universidade Popular!**

**Programa político para as eleições do CONUNE 2023 na USP**



## ***Quem somos?***

Somos estudantes trabalhadores comprometidos com a construção de uma USP pública, gratuita e de qualidade, mas, sobretudo, de uma USP popular!

Somos militantes da União da Juventude Comunista (UJC), do Movimento por uma Universidade Popular (MUP), e estudantes independentes, em diversos campi, por todo o estado. Fazemos parte da gestão de diversos CAs e DAs, representamos moradias estudantis, somos RDs a nível local e central. Estamos nos coletivos negros, nos coletivos feministas, nos coletivos LGBTQIA+. Construímos a gestão É Tudo pra Ontem! do DCE Livre da USP, na perspectiva de trazer essa entidade para mais perto dos estudantes e dos trabalhadores. Em todos os cantos, por todos os lados, estamos presentes ao lado dos estudantes e dos trabalhadores da USP, lutando contra toda injustiça, denunciando todos os abusos, e demandando ingresso amplo, permanência digna e ensino de qualidade.

Para isso, sabemos a importância das entidades estudantis, e queremos uma UNE à altura de seus desafios. Propomos uma mudança radical na UNE, que seja uma entidade presente no dia a dia dos estudantes, e não de dois em dois anos em época de eleição. Uma entidade que se posicione contra todo tipo de ataque à educação e à classe trabalhadora, sem rabo preso com nenhum governo ou patrão. Uma UNE que esteja, independente de tudo, ao lado dos estudantes nas suas lutas cotidianas, e consiga uni-las em todo país e elevá-las para construir o futuro que queremos: a Universidade Popular e o Socialismo.

Por isso, nessas eleições, nós construímos com os estudantes de cada curso um programa amplo, com demandas de todos os campi da universidade e diversas propostas que vão nortear nossa atuação política na USP e no Congresso da UNE. Nos últimos anos encampamos lutas por toda a USP: na pandemia construímos brigadas de solidariedade no Jardim Keralux e na São Remo; dirigimos a luta pelo Auxílio Alimentação na EACH; mobilizamos contra a privatização do RUCAS – o restaurante universitário de Piracicaba; construímos a luta pela Reforma Democrática do Bloco D do Crusp, contra os despejos e a perseguição política dos moradores; estivemos presentes na luta por um PAPFE democrático; construímos as mobilizações pelo Fora PM da USP; lutamos por cotas PPI nos concursos de professores e pela contratação nos cursos mais precarizados. Dentre outras lutas, estivemos presentes em todas as mobilizações da USP nos últimos anos, e é esse potencial de mobilização que queremos levar para a UNE.

## ***O que é a Universidade Popular?***

Nosso programa tem como horizonte estratégico a Universidade Popular, uma universidade *dos* trabalhadores, *para* os trabalhadores.

A educação, em especial na universidade, reproduz o caráter desigual, elitista e racista que marca a formação social brasileira. Nossa produção de tecnologia e conhecimento se submete aos interesses das grandes corporações no Brasil e no exterior, distanciando-se cada vez mais da realidade do povo brasileiro. Na USP isso fica evidente com o aumento da atuação da iniciativa privada nos espaços da universidade, nos laboratórios, grupos de pesquisa e até mesmo nos programas de auxílio à permanência. As empresas estão direta ou indiretamente comprando o conhecimento que produzimos dentro da estrutura pública da universidade.

Nos últimos anos vimos o neoliberalismo ganhar cada vez mais espaço na política brasileira. E com isso vem os ataques à universidade pública, seja através do sucateamento, seja através da tentativa clara de sua privatização. Tivemos, recentemente, a tentativa de privatização do Hospital Universitário da USP, as incessantes privatizações dos bandejões universitários, a terceirização dos serviços básicos da universidade, a entrada do capital privado para bolsas de permanência estudantis (sendo dever da Reitoria garantir bolsas), o abandono e despejos no Crusp... Não faltam exemplos para demonstrar como a USP pública e gratuita de hoje está submetida à diversos ataques.

Nacionalmente, políticas que à primeira vista parecem ser positivas, como o FIES e o PROUNI, servem no fim para redirecionar o dinheiro público para empresas privadas, custeando vagas em suas instituições de ensino, ao invés de alocar os mesmos estudantes nas instituições públicas. Ainda que seja inegável o aumento do acesso ao Ensino Superior por grupos que antes não o tinham, os estudantes que ingressam na universidade por essas políticas, além de ter uma educação totalmente imersa na lógica do lucro, passam a acumular dívidas que irão carregar para vida toda. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino privadas se fortalecem cada vez mais, com o auxílio do Estado. É preciso exigir mais verba para as universidades públicas e o fim do vestibular, para que a classe trabalhadora possa estudar de graça, e não acumular dívidas que, ao final, enriquecerão as instituições privadas.

Mesmo uma UNE que paute a importância da Universidade Pública como valor não é suficiente. Pois se abster frente ao caráter Burguês da educação pública e privada hoje, tanto nas dinâmicas internas das instituições, quanto no conhecimento e mão de obra que produz, significa fechar os olhos para um grande movimento de precarização da educação crítica e da produção de conhecimento em nosso país.

Assim, precisamos de um projeto que seja verdadeiramente capaz de questionar os problemas que assolam o Brasil e a universidade brasileira na raiz, e, mais do que isso, que seja capaz de transformar a realidade e virar o jogo para o nosso lado: dos estudantes trabalhadores. Esse projeto é a Universidade Popular.

Dentre outras coisas, a Universidade Popular significa a reestruturação do tripé ensino-pesquisa-extensão, estabelecendo o vínculo da Universidade com a sociedade que a circunda a partir das premissas de:

- **Ensino crítico e de qualidade:** Valorização da carreira docente, fim dos contratos temporários, aulas abertas à população interessada, avaliação dos professores pelos estudantes.
- **Valorização da pesquisa por vias públicas:** garantindo salário digno e reconhecimento do trabalho de pesquisadores; rompimento com as métricas de produtividade abstratas;
- **Extensão popular:** reconhecendo a necessidade do aprendizado prático e do contato orgânico com os trabalhadores brasileiros em seus locais de trabalho e moradia; desencastelando a Universidade.

Em conjunto, construir a Universidade Popular significa a defesa irrestrita do **fim dos vestibulares**, maior barreira ao acesso dos trabalhadores à Universidade, junto da reformulação das políticas de acesso, baseando-se nas experiências bem sucedidas da América Latina e do Mundo. Também significa a reivindicação de políticas de permanência que permitam que jovens trabalhadores consigam estudar sem ter de se submeter à duplas ou triplas jornadas de trabalho, especialmente os estudantes negros e transsexuais.

### ***Por uma UNE na Luta!***

A UNE é, historicamente, uma entidade combativa que liderou importantes mobilizações durante a ditadura militar e que cumpriu um papel fundamental em momentos como o Tsunami da Educação de 2019 e as manifestações de rua pelo Fora Bolsonaro. Entretanto, a direção da majoritária não foi suficiente - muito pelo contrário, cultivou uma grave e ampla desmobilização da entidade por estar profundamente aquém das reais demandas dos estudantes, consequência de uma política governista, que fez com que a entidade fosse um mero braço do governo durante os anos de gestão do PT.

Dessa forma, a principal tarefa da classe trabalhadora e sua juventude é derrubar todos os retrocessos dos últimos governos para ampliar as conquistas da classe trabalhadora. É dever fundamental dos comunistas pautar a revogação das contrarreformas, o teto de gastos, o

arcabouço fiscal, o Novo Ensino Médio, a PL490 e reverter as privatizações. Ainda mais, é fundamental que a UNE pautar um movimento nacional contra a anistia a Bolsonaro e seus aliados, e contra todo resquício do fascismo no Brasil. Ao lutar contra esses retrocessos, tendo como horizonte a construção do Poder Popular, enfrentamos setores de dentro do governo Lula que pressionam pela manutenção de conquistas burguesas, que representam duras violências para a realidade dos trabalhadores do Brasil.

Para tanto, os caminhos tomados pelas entidades estudantis nos anos 2000 e liderados pela maioria da UNE não podem ser retomados ou reformados. Urge a necessidade da construção de uma União Nacional dos Estudantes com independência de classe, capaz de denunciar os retrocessos e pressionar o governo, através da mobilização popular, para atender às diversas reivindicações populares.

Assim, por uma UNE na Luta, a **independência da entidade** diante dos governos, para defender a educação e tornar a entidade verdadeiramente popular e combativa, se evidencia como uma condição fundamental para reerguer a entidade de representação máxima dos estudantes a nível nacional.

## **1. Transparência na UNE!**

A direção majoritária da UNE se vale de táticas antidemocráticas de dentro da entidade, restringindo a atuação e poder de decisão das outras forças e partidos que não fazem parte de sua ala, e facilitando o projeto da construção de uma entidade que concilia com os interesses da burguesia e que não se insere no cotidiano das universidades brasileiras.

Isso se expressa no cotidiano da UNE, em todos os espaços e na postura frente aos estudantes. As páginas oficiais da UNE hoje servem majoritariamente para republicar piadas, conteúdos superficiais, ou no máximo declarar um posicionamento, e não repassam nenhuma ação ou decisão interna. Os estudantes mal compreendem os momentos de disputa política interna à organização, ou externa, no contexto nacional, e fica impossibilitada de pressionar seus representantes ou contribuir para o debate.

Ademais, os próprios processos de composição da UNE hoje são extremamente nebulosos, em especial espaços como o Circuito Universitário de Cultura e Arte, organizador da Bienal da UNE, que precede seu Congresso. Não somente pela ausência da UNE no cotidiano dos estudantes, esses estão alheios à participação política na UNE, ainda que externamente. Isso também ocorre pela dificuldade de compreensão dos processos, e ausência de publicidade não somente sobre as ações cotidianas, mas especialmente momentos decisivos da organização.

## **2. Democracia nos fóruns da UNE para que estudantes participem das decisões!**

### **Pela convocação do CONEB!**

A ampliação e massificação de espaços de discussão a nível nacional é essencial para a construção de uma entidade que esteja ligada às exigências dos estudantes. O CONUNE, a cada dois anos, discute temas importantes para o futuro da educação no país. Entretanto, sua atual direção majoritária se ausenta de criar novos debates e fóruns para que as discussões continuem sendo discutidas com a grande parcela dos estudantes.

O Conselho Nacional de Entidades de Base, por exemplo, não acontece há anos. Reivindicamos para que aconteça e para que esses espaços de fato representem os estudantes. A atual direção majoritária da UNE, que age sem transparência e sem combatividade, promove decisões de cúpula, sem a presença dos setores da oposição, que estão completamente deslocadas das reais necessidades dos estudantes.

As forças majoritárias da UNE, tanto a nível nacional quanto local, não passaram da mera retórica no enfrentamento ao governo Bolsonaro, deixando de lado a construção prática das principais lutas que surgiram nos anos de pandemia, puxadas quase em sua totalidade pelo campo da oposição da entidade. Já com a eleição de Lula a autonomia das entidades desce mais um degrau nas prioridades da majoritária: as boas relações são postas à frente das demandas cotidianas dos estudantes, e as insuficiências do projeto social-liberal do governo não são criticadas. A democratização dos espaços decisivos perde lugar, e os acordos de cúpula, traçados entre as lideranças do governo e as "lideranças" estudantis, desconectadas da base, prevalecem.

### ***Permanecer para melhor lutar!***

Consideramos a pauta pela permanência uma das mais centrais na construção de uma Universidade Popular. A conquista das cotas foi fundamental para o ingresso de filhos e filhas da classe trabalhadora no ensino superior, mas elas não bastam para que os estudantes consigam se formar. Urge o desenvolvimento de políticas de permanência robustas e populares, construídas de forma democrática e ampla entre os setores.

Para além disso, é da política de permanência que decorre a possibilidade concreta dos estudantes, especialmente os que ingressam pelo SISU e cotas PPI, de viverem com dignidade a vida acadêmica, cultural e política da universidade. Somente dessa forma, a nossa classe terá condições de transformar radicalmente as estruturas da universidade, tornando até

mesmo a universidade mais elitista do país, a USP, em uma trincheira de lutas dos povos oprimidos.

Compreendemos que todo o programa de austeridade na universidade, que prefere poupar bilhões anualmente do que investir em permanência, é inevitavelmente racista e elitista. Esse projeto burguês de universidade naturaliza critérios pautados na economia em primeiro lugar, e em segundo na mínima dignidade de seus próprios estudantes, impondo cortes orçamentários e tetos de gastos arbitrários. Dessa política não foge o novo projeto de Arcabouço Fiscal de Haddad, de forma que sua aprovação na forma final acabou por incluir o FUNDEB no pacote, dando continuidade ao já avançado processo de precarização da educação básica no Brasil. Somente a ampliação do orçamento destinado às políticas de permanência, em detrimento dos projetos de austeridade, poderá dar o primeiro passo no processo de transformação radical das universidades.

Na USP, o PAPFE (Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil) passou por uma transformação proposta pela Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento que dificultou o acesso ao auxílio. Por mais que tenha ocorrido um aumento significativo no valor das bolsas, a unificação de todos os campi em uma só lista, as diversas cláusulas que dificultam o acesso às bolsas, a colocação de milhares de estudantes em "lista de espera" e a falta de diálogo e transparência da PRIP durante o processo apenas mostra como o Novo PAPFE é produto direto de um projeto elitista e burguês de educação que nunca deixou de vigorar no Brasil. Alinhada com os projetos dos governos estaduais e nacionais para a educação, a reitoria, que entrou em 2023 com um superávit milionário e um orçamento vultoso, negou auxílio a estudantes que dele necessitam para sobreviver.

Para a construção de uma Universidade Popular, exigimos o pagamento imediato de todas as bolsas dos estudantes que solicitaram recurso e a reformulação democrática do PAPFE, em um conselho com paridade entre os três setores. Dessa forma, **propomos:**

- Reajuste anual do valor das bolsas e da verba destinada a permanência de acordo com a inflação.
- A quantia de bolsas deve ser pautada pela quantidade de pessoas que necessitam do auxílio, e não a partir de número arbitrário.
- Pagamento imediato das bolsas para todos os estudantes que as solicitaram em todos os campi.
- Exigimos a reestruturação do PAPFE de forma democrática, em uma comissão paritária entre os três setores.

- Volta do Auxílio EACH, no valor de R\$ 250,00, para atender as demandas específicas dos estudantes do campus da Zona Leste, o mais precarizado da USP.
- O estágio deve ser uma oportunidade de aprendizado, e não condição para a subsistência dos estudantes, que deve ser garantida pelas políticas universitárias.

### ***Terceirização é precarização!***

Sabemos que existe, hoje, no campo da educação, um projeto de privatização que avança sem precedentes. Desde o governo de Temer, e com o governo Bolsonaro-Mourão, a educação pública passa por um processo de desmonte cada vez mais acelerado que se expressa nos mais diversos aspectos, dentre eles na terceirização de serviços nas universidades.

Na USP, a terceirização dos bandejões precariza o serviço de tal forma que é muito comum estudantes encontrarem larvas e pregos na comida. As trabalhadoras terceirizadas dos RUs enfrentam condições de trabalho mais precárias, com uma jornada de trabalho extensa e condições insalubres, como acontece no RUCAS, em Piracicaba. Já as funcionárias da área da limpeza da Faculdade de Medicina da capital tiveram seus direitos trabalhistas negados sob ameaça de demissão e não recebimento de salários e benefícios. Aconteceu situação semelhante com as funcionárias, também da área da limpeza, do CAASO, onde houveram, de fato, demissões em massa.

O transporte no campus também é afetado com a privatização, como no campus de Ribeirão Preto, onde os circulares pararam de rodar no momento em que não houve a renovação do contrato com a reitoria, uma vez que a empresa cotada para prestação do serviço pedia por um valor que excedia o orçamento. Já o caso do setor da saúde é mais grave: em 2014, o Movimento Estudantil, em conjunto com os movimentos sociais, conseguiu barrar o projeto de privatização do Hospital Universitário de São Paulo, projeto que hoje está novamente em curso. A reitoria articula, junto às chamadas Organizações Sociais e outros órgãos da USP, a entrega do HU nas mãos de fundações parceiras que são, na prática, organizações privadas. Dessa forma, um hospital essencial não somente para os estudantes da USP, mas também para toda a comunidade da cidade de São Paulo, pode ser totalmente entregue aos interesses da burguesia e do lucro. A perda do HU significa a perda do direito da classe trabalhadora à própria vida.

Somente uma entidade com a capacidade de mobilizar todo o país, como a UNE, pode cumprir o papel de organizar os estudantes contra o avanço do projeto privatista neoliberal e



suas expressões no dia-a-dia das universidades, no rumo da construção de uma Universidade Popular e do socialismo! **Por isso, propomos:**

- Pela retomada de serviços privatizados ao controle da universidade, e geridos em conjunto com trabalhadores e estudantes, com paridade entre os setores.
- O fim dos contratos de terceirização dos Restaurantes Universitários e contratação estatutária das trabalhadoras e trabalhadores do RU como funcionários da USP.
- Contra o processo de sucateamento dos Hospitais Universitários! Deve ser destinado parte do orçamento da USP para a contratação efetiva de funcionários no HU e para o subsídio de materiais de pesquisa e manutenção das dependências do Hospital.

### ***Pelo direito à moradia popular!***

A luta pelo acesso à universidade brasileira é uma luta árdua e inclui também a luta por moradia, que se reflete dentro do espaço universitário, um espaço que não foi feito para que a numerosa classe trabalhadora o adentrasse. Assim, a defesa da moradia estudantil gratuita e de qualidade é um dos pilares da nossa luta no rumo de uma Universidade Popular.

Para além dos graves problemas infraestruturais do Crusp - Conjunto Residencial da USP Campus Butantã -, que faz com que estudantes estejam longe de morar com dignidade, por causa de auxílios insuficientes, os moradores precisam ingressar no mundo do trabalho e muitas vezes se submeter a claras condições de precariedade e exploração para sobreviver. Portanto, para construir a Universidade Popular, a luta por moradia é uma das principais trincheiras da nossa classe.

Um ponto principal dessa luta é o reconhecimento das moradias como ocupação e conquista dos estudantes. E sob essa realidade, defendemos a autogestão nas moradias estudantis da USP: que os moradores tenham voz e voto sobre seus próprios lares, seu funcionamento interno e processo de entrada e saída da moradia. São os moradores, e não o processo seletivo meritocrático e nada transparente da reitoria, que devem decidir sobre a melhor distribuição de vagas e a prioridade das demandas a serem atendidas. Ao mesmo tempo, a universidade não deve se ausentar de sua responsabilidade, ela tem o dever de atender a demandas infraestruturais das moradias, como a quantidade de vagas, construção de novos blocos, reformas e reparos infraestruturais, construção de cozinhas e áreas de lazer, garantia de internet etc., mas sempre em diálogo com os instrumentos de auto-organização de moradores.

**Por isso, propomos:**

- Pelo reconhecimento de moradias estudantis como organismos autônomos, desvinculadas dos interesses da reitoria burguesa e seus critérios meritocráticos de acesso às vagas, que já são em sua maioria escassas.
- Pela autogestão das moradias estudantis. Geridas pelos moradores e suas entidades representativas, como associações de moradores.
- Pelo fortalecimento do Movimento Casas de Estudante (MCE) a nível nacional, como um meio de unificar as lutas políticas e econômicas nas moradias estudantis.
- Formação e implementação de um projeto de construção de moradia estudantil para a EACH, que leve em conta todos os problemas infraestruturais e de contaminação do campus.

### ***Cotas trans já!***

Defendemos a importância da política de cotas, tendo como horizonte o fim dos vestibulares e a universalização do acesso ao ensino no Brasil. Nesse ponto, conquistas já foram consolidadas, como a instituição das cotas para pessoas pretas, pardas e indígenas em diversas universidades públicas pelo país, a USP entre elas, há mais de dez anos. Todavia, é nítido que a composição dos estudantes não espelha a diversidade da classe trabalhadora brasileira.

Quando falamos de cotas para pessoas transgênero estamos compreendendo a importância dessa população para a produção de um conhecimento imprescindível e articulado com a classe trabalhadora hoje. Quando falamos em Universidade Popular, também estamos falando da valorização da produção de conhecimento em contato com as necessidades e vivências da classe trabalhadora, o que significa um conhecimento comprometido com a superação das opressões estruturais de nossa sociedade.

A população trans é uma das que mais sofrem violência em nosso país. Transsexuais, transgênero e travestis estão, muitas vezes, submetidas à proletarização e pobreza ao longo da vida, o que impossibilita, na grande maioria das vezes, que consigam chegar na universidade. Esse movimento é um passo fundamental da luta anti opressões em um sentido de classe, e uma pauta urgente do Movimento Estudantil hoje. Na USP, os estudantes deram um grande passo com a conquista de uma comissão que debaterá a implementação de cotas trans, e **para a continuidade dessa política, propomos:**

- Implementação de cotas trans nos vestibulares de ingresso na USP.

- Criação de um GT com paridade entre os três setores que debata, simultaneamente à implementação das cotas, políticas de permanência específicas para a população trans na USP.
- Pressionar pela desburocratização do processo de alteração de gênero nos sistemas oficiais das universidades, com alteração conjunta de nome, gênero e pronomes.
- Formação de assistentes sociais capacitadas para lidar com as demandas e particularidades da população trans na USP, ampliando tal política para todo o país.

### ***Na luta dos povos indígenas!***

A luta indígena é essencialmente uma luta anticolonialista. É fundamental, não apenas um compromisso com a luta dos povos originários, mas, no âmbito universitário, um incessante combate para garantir o ingresso e permanência de estudantes indígenas. O vestibular indígena, por exemplo, existe em poucas universidades no Brasil e é uma experiência que deve se generalizar. Desde que por aqui chegaram os europeus para a conquista, a guerra aos povos originários foi declarada e aberta. E desde então, a guerra é a tônica, tendo como exemplo mais recente a aprovação da PL 490, o marco temporal das terras indígenas.

Nossa tarefa é travar as lutas dos povos originários a nível nacional no Movimento Estudantil e em conjunto dos movimentos Sociais. Para isso, é fundamental a defesa da Educação Escolar Indígena e da adoção do vestibular indígena nas universidades do Brasil. A luta do movimento indígena em todo o país assegurou a Educação Escolar Indígena específica e diferenciada como um direito, regulamentada por extensa legislação. Trata-se de uma conquista que contribui para romper com a prática colonialista, marcada pela desestruturação das relações do cotidiano e modos de vida dos povos originários e pela repressão à sua produção de saber e à sua cultura. Simultaneamente, é um instrumento que pode fortalecer suas práticas socioculturais e suas línguas, através da escola e de seus processos educativos, fortalecendo sua identidade, seus valores, regras e sua cosmovisão perante a sociedade brasileira.

O vestibular indígena, quando se pensa em acesso à universidade, se assemelha à Educação Escolar Indígena, ao respeitar as demandas e especificidades dos estudantes indígenas que querem entrar na universidade. **Assim, propomos:**

- Implementação do vestibular indígena em todas as universidades do país, em um projeto nacional que abarque debates com os movimentos indígenas e demais movimentos sociais.
- Implementação de políticas de permanência nas universidades que abarquem as necessidades de estudantes indígenas de todo o país.
- Repúdio e luta contra a PL 490 e o Marco Temporal.
- Criação de espaços - tanto institucionais quanto estudantis - que sirvam para a reprodução da vida material e cultural, e para a organização política dos estudantes indígenas nas universidades.

### ***As creches ficam, e as mães também!***

A luta pela implantação de creches na USP remonta aos anos 1960. A abertura da Creche Central iniciou com a luta de mães funcionárias da USP com o objetivo de pressionar a universidade a oferecer creches para seus filhos. Quando se trata das condições de vida das mulheres na universidade, a manutenção das creches é um ponto central.

A pressão por creches dentro da universidade explicita um recorte de gênero e classe muito claro - mães que estudam e trabalham precisam do acesso às creches para poder conciliar os diversos aspectos de suas vidas. Para mães funcionárias e estudantes da USP, ter o direito de usufruir das creches permite melhores condições de trabalho e estudo, e permite com que não cumpram uma dupla jornada de trabalho simultânea - afinal, o cuidado com o outro é uma forma de trabalho doméstico, mesmo quando fora de casa.

É preciso lutar para a manutenção das creches existentes e suas melhorias. As duas creches em funcionamento na USP hoje estão sofrendo um grave processo de sucateamento, com falta de professores por falta de contratações por parte da PRIP, que alega que não contratará mais professores e nem abrirá mais vagas, com o argumento de que não há dinheiro disponível para isso.

Além disso, é necessário falar sobre a Creche Oeste, hoje uma ocupação (Ocupação Creche Aberta - OCA) dentro da USP e local de resistência e memória da luta por condições de vida dignas para as mães da USP.

#### **Por isso, propomos:**

- Abertura de concursos para a contratação de mais professores e professoras para as creches da USP.
- Que a universidade construa novas creches para mães e pais estudantes e trabalhadores, e aberta à comunidade.

- Contra o desmonte das creches na USP, pela permanência das mulheres nas universidades!
- Defesa da luta e resistência da Ocupação Creche Aberta, contra o projeto privatista de reabertura da Creche Oeste!

### ***Fora PM! Pela autonomia e auto-organização do Movimento Estudantil!***

Percebemos frequentemente e por todos os campi da USP, uma série de ataques à autonomia do espaço estudantil. O que podemos compreender como ataques à autonomia estudantil referem-se a políticas de cerceamento da capacidade de organização dos estudantes, e de limitação das condições de existência no espaço universitário. Tais políticas, evidentemente, se alinham com todo o projeto burguês que compreende a universidade, que na mesma medida em que amplia suas políticas de ingresso, limita as condições de permanência e, assim, as possibilidades de atuação sobre isso.

Um exemplo do impedimento da autonomia do espaço estudantil é a perseguição administrativa a estudantes do curso de Ciências Moleculares que se mobilizaram em paralisações de 2022. Ou mesmo a questão da prainha, da ECA, historicamente de administração estudantil, passou a sofrer limitações da direção da unidade. Saindo da capital, vemos outros exemplos no CAASO, e mesmo numa ocupação que ocorreu em Ribeirão Preto, em que os estudantes tiveram a internet do bloco que ocupavam cortada por dias. Dessa maneira, é parte do projeto da USP o cerceamento da autonomia do espaço estudantil como uma limitação à organização política de estudantes. O mais grave, no entanto, é o fato de que existe e perdura uma base da polícia militar, construída durante a pandemia com conivência da reitoria, no campus Butantã, ao lado do CRUSP. Construída sem nenhuma motivo aparente, a base da PM já foi responsável pelo espancamento de estudantes negros e negra dentro da USP. No começo do ano de 2023, um policial civil entrou armado de um fuzil dentro do conjunto residencial do Butantã.

Hoje, exemplos assim acontecem pelas universidades de todo o Brasil, e são verdadeiros resquícios da ditadura militar, que perseguiu e matou jovens estudantes. **Assim, propomos:**

- Autonomia dos espaços estudantis é a autonomia da nossa classe! O Movimento Estudantil no Brasil deve se levantar contra qualquer reitoria que intervenha na auto-organização dos estudantes e contra qualquer resquício da ditadura militar nas universidades.

- Fora PM de todas as universidades do Brasil! Proibição da entrada da polícia militar nos espaços das universidades para qualquer fim. A segurança dentro dos campi deve ser garantida por uma guarda universitária com treinamento especializado.
- Retirada imediata da base da PM na USP! A presença da PM é a manutenção do racismo na universidade.

### ***Contratação de professores para que todos produzam ciência!***

Incontáveis cursos da USP hoje estão com problemas graves de falta de professores. Alguns com apenas um professor para oferecer determinadas matérias, outros com uma falta tão crônica, fruto do descaso da reitoria, que estão em séria ameaça de fechamento. É o caso da FOFITO, de Obstetrícia na EACH, do Design na FAU, Letras na FFLCH e muitos outros mais. Aqui e ali pipocam demandas de contratação de professores vindas do corpo discente que nunca são endereçadas de forma eficiente.

A falta de professores nas universidades Brasil afora não é novidade. No estado de São Paulo, observamos nos últimos anos uma crescente nas lutas que pedem a contratação de professores para que os cursos não fechem. A luta pela contratação se tornou fundamental para que os alunos tenham direito ao mínimo: se formar.

Diante da demanda crescente, o governo do estado de São Paulo e a reitoria da USP adotam um modelo insuficiente de contratação: os contratos temporários. Existem diversas modalidades desses tipos de contratos, mas quase todos têm em comum os baixos salários e as exigências altíssimas de produção, praticamente equivalentes às exigências que tem que cumprir um professor concursado, precarizando as condições de trabalho e pesquisa (uma pesquisa de ponta e que, a princípio, é a única produção de ciência que hoje não está diretamente comprometida com a reprodução do capital, mas sim com os interesses da população brasileira e com o desenvolvimento do país) nas universidades. **Nesse sentido, propomos:**

- Abertura imediata de concursos para a contratação de docentes nos cursos e institutos que correm risco de fechamento. Devem ser abertas quantas vagas forem necessárias para que o curso funcione plenamente.
- Fim das modalidades temporárias de contratação, que precarizam a produção de ciência no Brasil.
- Cotas raciais - por reserva de vagas, e não bonificação de pontos - em todos os concursos para professores.

### ***Cultura popular na Universidade Popular!***

As condições concretas para que floresça a cultura popular na universidade perpassa a integração do tripé ensino-pesquisa-extensão nas universidades. As extensões são ponto basilar para que a cultura permeie e enriqueça a vivência dentro da universidade e de seu entorno, bem como a integração dos projetos em questão ao currículo e experiência acadêmica. A expressão na forma de arte, que resgate a bagagem cultural de um povo, é elemento fundamental na formação de uma consciência emancipada dos estudantes, que valorize sua comunidade, e seja capaz de reverter seus conhecimentos acadêmicos em prol da classe trabalhadora. Lutamos para que a universidade reconheça esse potencial, e os estudantes e professores tenham voz para construir uma integração das manifestações culturais à toda sua dinâmica de ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, levantamos a importância da autonomia estudantil para que haja manifestações artísticas nos campi, e pelo fim do cerceamento às manifestações culturais e políticas nos espaços estudantis. Hoje, o regimento disciplinar da USP, um resquício da ditadura militar, cerceia a manifestação dos estudantes, na medida em que enquadra como infração ações tidas como “político-partidárias” dentro dos campi, e outras ações como infrações disciplinares passíveis de sanção (Decreto nº 52.906/72, art. 250). A mesma norma enquadra como infrações “perturbar os trabalhos escolares bem como o funcionamento da administração da USP” e “praticar ato atentatório à moral ou aos bons costumes”. **Nesse sentido, propomos:**

- Revogação do Regime Disciplinar da USP, documento que vigora na Universidade desde a ditadura militar.
- Pela valorização das atividades culturais contínuas por meio dos projetos de extensão, bolsas e contagem de créditos para a graduação, para que a permanência estudantil compreenda também a cultura, e não meramente a sobrevivência.
- Que toda comunidade USP, incluindo funcionários terceirizados, tenha pleno acesso ao Centro de Práticas Esportivas (CEPE), no campus Butantã, para que possam usufruir de seus benefícios.